

Bruno Pinheiro

Processo Legislativo Brasileiro



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

P718

Pinheiro, Bruno

**Processo legislativo brasileiro / Bruno Pinheiro. –
1.ed. - São Paulo :Tirant lo Blanch, 2022.
230p.**

ISBN: 978-65-5908-155-4

**1.Direito constitucional. 2. Processo Legislativo. 3.
Constituição. I. Título.**

CDU: 342

Bibliotecária responsável: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empòrio do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

Processo Legislativo 13

Título I - Processo Legislativo Histórico nas Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 E Ec-Nº1/69..... 13

1. Constituição de 1824: Constituição Política do Império do Brasil, 25/03/192413

2. Constituição de 1891: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24/02/189115

3. Constituição de 1934: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16/07/193416

4. Constituição de 1937: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 10/11/193721

5. Constituição de 1946: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 18/09/194624

6. Constituição de 1967: Constituição da República Federativa do Brasil, 24/01/196726

6.1. Emendas Constitucionais.....26

6.2. Leis Complementares27

6.3. Leis Ordinárias27

6.4. Leis Delegadas29

6.5. Decretos-Leis.....30

6.6. Decretos Legislativos.....30

6.7. Resoluções30

7. Emenda Constitucional nº 1 de 1969: Constituição da República Federativa do Brasil, 17.10.196930

7.1. Emendas Constitucionais31

7.2. Leis Complementares31

7.3. Leis Ordinárias31

7.4. Leis Delegadas33

7.5. Decretos-Leis34

7.6. Decretos Legislativos34

7.7. Resoluções35

TÍTULO II - PROCESSO LEGISLATIVO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 198837

1. Conceito e Objeto37

1.1. Ato Primário, Ato Normativo e Ato Legislativo.....38

1.2. Quadro das características dos atos normativos39

2. Espécies de Processo Legislativo40

2.1. Processo Legislativo em sentido Sociológico e em sentido Político.... 40

2.2. Processo Legislativo Ditatorial40

2.3. Processo Legislativo Democrático40

2.3.1. Processo Legislativo Democrático Direto40

2.3.2. Processo Legislativo Democrático Indireto40

2.3.3. Processo Legislativo Democrático Semidireto.....41

3. Processo Legislativo em sentido Jurídico	41
3.1. Processo Legislativo Ordinário	42
3.1.1. Procedimento Comum e Terminativo	42
3.1.2. Quadro Esquemático do Processo Legislativo Ordinário	45
3.1.3. Fases do Processo Legislativo Ordinário	46
3.1.3.1. Fase Introdutória.....	47
3.1.3.1.1. Iniciativa	48
3.1.3.1.1.2. Espécies de Iniciativa.....	48
3.1.3.1.1.2.1. Iniciativa Geral ou Comum	49
3.1.3.1.1.2.2. Iniciativa Conjunta	49
3.1.3.1.1.2.3. Iniciativa Popular	50
3.1.3.1.1.2.4. Iniciativa Parlamentar.....	51
3.1.3.1.1.2.5. Iniciativa Executiva	52
3.1.3.1.1.2.6. Iniciativa Reservada ou Privativa	52
3.1.3.2. Fase Constitutiva.....	54
3.1.3.2.1. Deliberação parlamentar	56
3.1.3.2.1.1. <i>Inertia Deliberandi</i> e inconstitucionalidade por omissão	60
3.1.3.2.2. Análise pelas Comissões	63
3.1.3.2.3. Discussão	67
3.1.3.2.3.1. Emenda Parlamentar	68
3.1.3.2.3.2. Limites Constitucionais e Regimentais às emendas parlamentares	71
3.1.3.2.3.3. Espécies de emenda parlamentar.....	74
3.1.3.2.3.3.1. - Emenda supressiva	74
3.1.3.2.3.3.2. - Emenda aglutinativa	74
3.1.3.2.3.3.3. - Emenda substitutiva	74
3.1.3.2.3.3.4. - Emenda modificativa	75
3.1.3.2.3.3.5. - Emenda aditiva	75
3.1.3.2.3.3.6. - Subemenda	75
3.1.3.2.3.3.7. - Emenda de redação	75
3.1.3.2.3.3.8. Emenda da Casa Revisora.....	75
3.1.3.2.4. Votação	79
3.1.3.2.4.1. Espécies de <i>quórum</i>	80
3.1.3.2.4.2. <i>Quórum de funcionamento</i>	80
3.1.3.2.4.3. <i>Quórum de apresentação</i> ou <i>de iniciativa</i>	80
3.1.3.2.4.4. <i>Quórum de aprovação</i>	81
3.1.3.2.4.5. Quadro das espécies de <i>Quórum</i>	83
3.1.3.2.4.6. Modalidades e Processos de Votação	85
3.1.3.2.5. Deliberação executiva.....	95
3.1.3.2.5.1. Sanção ou Veto.....	95
3.1.3.2.5.1.1. Sanção.....	96
3.1.3.2.5.1.2. Veto	97
3.1.3.2.5.1.2.1. Espécies de Veto	108
3.1.3.2.5.1.2.2. Quadro das Espécies de Veto	109
3.1.3.2.5.1.2.3. Controle Jurisdicional dos Vetos	109

3.1.3.3. Fase Complementar	117
3.1.3.3.1. Promulgação	118
3.1.3.3.2. Publicação	119
3.2. Processo Legislativo Sumário ou de Urgência	121
3.2.1. Regime de Urgência Constitucional	121
3.2.1.1. Natureza Jurídica do Regime de Urgência	122
3.2.1.2. Fundamento Constitucional e regimental	122
3.2.1.3. Legitimado	124
3.2.1.4. Procedimento	126
3.2.1.5. Quadro do Regime de Urgência	129
3.2.2. Regime de Urgência Regimental	130
3.3. Processo Legislativo Especial	135
4. Espécies Normativas	136
4.1. Emenda Constitucional	136
4.1.1. Revisão Constitucional: Emendas Constitucionais de Revisão	137
4.1.1.1. Limites procedimentais	138
4.1.1.1.2. Limites Regimentais à Revisão Constitucional	139
4.1.1.2. Limites materiais	139
4.1.1.3. Limites circunstanciais	144
4.1.1.4. Limites temporais	145
4.1.2. Reforma Constitucional: Emendas Constitucionais <i>stricto sensu</i> ...	146
4.1.2.1. Limites circunstanciais	146
4.1.2.2. Limites formais ou procedimentais	149
4.1.2.2.1. Fase Introdutória	149
4.1.2.2.2. Fase Constitutiva	151
4.1.2.2.3. Fase Complementar	153
4.1.2.3. Limites materiais	153
4.1.2.4. Limites temporais (?)	159
4.1.2.5. Quadro das limitações constitucionais ao Poder de Reforma da CRFB/1988	160
4.1.2.6. Quadro do Processo Legislativo para edição de Emendas Constitucionais	161
4.2. Lei	161
4.2.1. Lei Complementar	163
4.2.1.1. Hierarquia entre Lei Complementar e Lei Ordinária	165
4.2.1.2. Quadro comparativo entre Lei Complementar e Lei Ordinária	168
4.2.1.3. Fase Introdutória	168
4.2.1.4. Fase Constitutiva	170
4.2.1.5. Fase Complementar	171
4.2.2. Lei Ordinária	171
4.2.3. Lei Delegada	172
4.2.3.1. Natureza Jurídica	174
4.2.3.2. Limites à delegação legislativa	175
4.2.3.3. Espécies de delegação legislativa	175
4.2.3.4. Quadro das espécies de delegação legislativa	176

4.2.3.5. Procedimento de edição	176
4.2.3.6. Fase Introdutória.....	176
4.2.3.7. Fase Constitutiva.....	177
4.2.3.8. Fase Complementar	178
4.2.3.9. Controle Político Repressivo de Normas exercido pelo Poder Legislativo.....	179
4.2.3.9.1. Controle Político Repressivo de Legalidade	180
4.2.3.9.2. Controle Político Repressivo de Constitucionalidade....	181
4.2.3.9.2.1. Norma de eficácia reforçada implícita e parâmetro de controle	182
4.3. Medida Provisória.....	183
4.3.1. Natureza Jurídica	184
4.3.2. Limites Materiais	185
4.3.3. Pressupostos.....	186
4.3.4. Controle Jurisdicional dos Pressupostos	187
4.3.5. Eficácia	189
4.3.6. Processo Legislativo - da edição à conversão em lei ou rejeição da medida provisória -	191
4.3.6.1. Rejeição da medida provisória	198
4.3.7. Devolução de Medida Provisória pelo Congresso ao Presidente da República sem apreciação.....	200
4.3.8. Medida Provisórias nos Estados, Distrito Federal e Municípios	202
4.3.9. Revogação de Medidas Provisórias	203
4.3.10. Medidas Provisórias e revogação de lei	204
4.4. Decreto Legislativo	205
4.4.1. Procedimento	205
4.4.2. Fase Introdutória	206
4.4.3. Fase Constitutiva	207
4.4.4. Fase Complementar	207
4.5. Resolução	207
4.5.1. Espécies de Resolução	209
4.5.1.1. Resolução como ato político	209
4.5.1.2. Resolução como ato de deliberação legislativa	209
4.5.1.3. Resolução como ato-condição para exercício de função legislativa	210
4.5.1.4. Resolução como ato de coparticipação na jurisdição constitucional	210
4.5.1.5. Resolução como ato de jurisdição atípico	211
4.5.1.6. Resolução administrativa.....	211
4.5.1.7. Resolução tributária	212
4.5.2. Editada pelo Congresso Nacional.....	212
4.5.3. Editada pelo Senado Federal	213
4.5.4. Editada pela Câmara dos Deputados.....	214
4.5.5. Quadro das espécies de Resolução.....	215
4.6. Procedimento de Introdução de Tratados Internacionais	215
4.6.1. Procedimento Comum	216

4.6.1.1. Fase Introdutória.....	216
4.6.1.2. Fase Constitutiva.....	217
4.6.1.3. Fase Complementar	218
4.6.2. Procedimento Especial.....	219
4.6.2.1. Fase Introdutória.....	220
4.6.2.2. Fase Constitutiva	220
4.6.2.3. Fase Complementar	221
4.6.3. Quadro do Processo de Introdução dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil	222
4.6.4. Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e as Normas de Eficácia Reforçada Expressa (status hierárquico dos tratados internacionais de direitos humanos)	222
REFERÊNCIAS:	227
Abreviaturas:	230